

Tecnologias educacionais: uma análise discursiva sobre a introdução do guia de tecnologias educacionais 2009 do Ministério da Educação

PEREZ, A. F.¹

PRANDI-GONÇALVES, M. B. R.²

SILVA, V. M.³

Resumo: Procurou-se analisar neste artigo o discurso da introdução do Guia de Tecnologia Educacional (2009), publicada no portal do Ministério da Educação (MEC), que tinha como objetivo apresentar materiais pedagógicos selecionados para a utilização por educadores e gestores na sala de aula. O Guia é uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (2017), que propôs ações para melhorar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O Brasil utilizou tecnologia visando em primeira instância qualificar mão de obra no período industrial e, posteriormente, buscou atingir cidadãos que não tinham acesso à educação. Com isso, as ações educacionais no país objetivavam compreender como a união de tecnologia e educação pode ser aproveitada de forma mais efetiva, de modo a promover impactos positivos nos resultados educacionais dos alunos. Para alcançar o objetivo deste artigo, buscou-se compreender por meio da análise do discurso francesa o que o texto diz, como ele diz e o porquê diz o que diz. Como resultado dessa análise, verificou-se que o texto “Introdução do Guia de Tecnologia Educacional” é atravessado por vários dizeres, que ora se inscrevem na tecnologia, ora na qualidade, o que leva o leitor a associar fortemente a tecnologia com a qualidade, além de outras evidências no contexto histórico e ideológico que o texto está inserido, o que leva também à uma análise da interferência do discurso na forma de sua aplicação prática e/ou ação efetiva.

Palavras-chave: Tecnologia. Tecnologia Educacional. Educação.

¹ Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). *E-mail:* <aperez@unaerp.br>.

² Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). *E-mail:* <mprandi@unaerp.br>.

³ Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). *E-mail:* <vivSilva@unaerp.br>.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar o texto introdutório do Guia de Tecnologias Educacionais 2009 (BRASIL, 2009), tendo como embasamento teórico a linha de pesquisa da Análise do discurso de matriz francesa (PÊCHEUX, 2008).

O início do século XX, a utilização de tecnologias para educação no Brasil estava sempre ligada à questão da qualificação profissional, que objetivava capacitar pessoas para alguma habilidade específica com vistas ao mercado de trabalho. Segundo Gomes (2009), já em 1939, foi percebido um potencial na modalidade de ensino com inserção de tecnologias na educação. No início, tinha o objetivo de alcançar pessoas que ainda não tinham acesso à educação e, com o passar do tempo, o desenvolvimento e o surgimento de novas tecnologias de comunicação e informação (TICs), a modalidade foi se aperfeiçoando, sendo que as ações pedagógicas começaram a se identificar com as tecnologias educacionais utilizadas, resultando em diversas ações educacionais visando à aprendizagem efetiva do aluno e não somente ao acesso. Atualmente, temos muitas ações que envolvem educação mediada por tecnologia e os guias fazem parte dessas ações, sendo esse o objeto de análise deste artigo.

O Guia de Tecnologias Educacionais é resultado do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de alcançar uma educação pública básica de qualidade (BRASIL, 2007), e “[...] busca oferecer aos sistemas de ensino uma ferramenta adicional que os auxilie na decisão sobre a aquisição de materiais e tecnologias para uso nas escolas brasileiras de Educação Básica pública” (BRASIL, 2009, p. 13), com foco na formação do professor.

Atualmente, há três Guias de Tecnologias Educacionais publicados pelo MEC, sendo as edições de 2009, 2011/2012 e 2013. Esses guias são compostos por tecnologias pré-qualificadas, empresas privadas e tecnologias desenvolvidas pelo próprio Ministério da Educação. Neste artigo, trazemos como *corpus* a introdução do primeiro Guia de Tecnologias Educacionais proposto pelo MEC

(BRASIL, 2009), que tem como objetivo analisar as relações de sentido que se estabelecem entre qualidade e tecnologias.

2. TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Apresentamos aqui um breve histórico das tecnologias educacionais no Brasil, de modo que seja possível verificar suas influências na área educacional.

As primeiras experiências de educação mediada por tecnologia no Brasil iniciaram-se em 1939 com o Instituto Rádio-Monitor. Em 1941, foi a vez de o Instituto Universal Brasileiro ter sua experiência também utilizando o rádio como meio para mediar a educação (GOMES, 2009). Destaca-se nessas experiências o Movimento de Educação de Base – MEB, datado de 1961 e criado pela Igreja Católica, que, por meio do rádio (Escolas Radiofônicas), objetivava desenvolver educação de base e um programa de alfabetização.

Em 1967, iniciou-se o desenvolvimento do Sistema Avançado de Comunicação Interdisciplinar (Projeto SACI), objetivando utilizar o rádio e a TV para fins educacionais. Esse projeto era subdividido em dois projetos: o primeiro para 1^a, 2^a e 3^a séries do ensino fundamental e o segundo, para a capacitação dos professores.

A experiência com educação mediada por meio da televisão iniciou em 1969 com a Televisão Cultura, com a transmissão do Curso Madureza Ginásial. Esse projeto tinha como intuito ministrar disciplinas do antigo ginásio e colegial, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, para alunos com idade inicial de 16 anos.

Outro projeto que se destacou nesses primeiros movimentos foi o Projeto Minerva. Criado pelo governo federal em 1971, tinha por objetivo levar a educação a pessoas adultas, tendo como uma das suas características que ocorresse a formação continuada. Além das aulas ministradas pelo rádio, após a Hora do Brasil, era distribuído material impresso e gratuito, para que os alunos pudessem acompanhar as aulas.

Já em 1978, destacou-se um projeto educativo com vistas para o mundo do trabalho, o Telecurso 2^a grau. Era executado pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com a Fundação Padre Anchieta e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Mais tarde, esse projeto ganhou apoio do Ministério da Educação e da Universidade de Brasília, o que possibilitou ampliar sua atuação com a criação do Telecurso 1^o grau.

Com a chegada dos serviços de *internet* ao Brasil, em 1980, outras possibilidades foram sendo pensadas e implementadas. Nesse sentido, Sancho (1998) aponta que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, acrônimo de *United Nations Education, Scientific and Cultural Organization*) apresentou na década de 80 duas concepções sobre tecnologias Educacionais:

a) originalmente foi concebida como o uso para fins educativos dos meios nascidos da revolução das comunicações, com os meios audiovisuais, televisão, computadores e outros tipos de *hardware* e *software*; b) em sentido novo e mais amplo, como modo sistemático de conceber, aplicar e avaliar o conjunto de processos de ensino e aprendizagem, levando em consideração, ao mesmo tempo, os recursos técnicos e humanos e as interações entre eles, como forma de obter uma educação mais efetiva. (SANCHO, 1998, p. 35).

Com a chegada da *internet* nas escolas, esse estreitamento da relação entre educação e tecnologia foi ficando mais evidente e, com isso, trouxe vários desafios. Nas décadas de 80 e 90, a grande maioria das escolas tinha uma preocupação em afilar os caminhos entre seus alunos e a tecnologia. Para isso, separavam uma aula para o ensino de informática. Geralmente nessa aula, o professor ensinava os primeiros passos para os alunos, que, em pouquíssimas ocasiões, teriam acesso fora daquele ambiente. Portanto, era muito claro para o aluno o momento de utilizar a *internet* e o momento de “ter aula”.

Na atualidade, com tanta tecnologia, o aluno aprendeu a participar ativamente das situações às quais ele é submetido. Ele não quer mais pensar em uma reação química somente no âmbito da

fórmula ou da imaginação; ele quer de fato “presenciar” essa situação, que pode ser oportunizada por meio de tecnologias educacionais, como, por exemplo, um laboratório virtual de química, disponível na *internet*. Para tanto, o professor começa a enfrentar um novo desafio, ou seja, reinventar suas aulas, fazendo um planejamento que envolva situações instigadoras e participativas para os alunos. Uma questão importante no papel do professor na mediação aluno/tecnologia é que ele ensinará seu aluno a utilizar a *internet* como uma aliada à educação. Diante disso, o professor deixa de ser o único e exclusivo acesso à informação e se passa a ter um papel de mediador das informações.

[...] alunos estão acostumados aprender através dos sons, das cores; através das imagens físicas das fotografias, ou em movimento, nos filmes e programas televisivos [...]. As novas gerações têm um relacionamento totalmente favorável e adaptativo às novas tecnologias de informações e de comunicação e um posicionamento cada vez mais aversivo às formas tradicionais de ensino. (KENSKI, 2007, p. 133).

Em 1995, é criado no Ministério da Educação e no ano seguinte, por meio do Decreto nº 1.917/96 (BRASIL, 1996a), é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED). Todo esse movimento contribuiu posteriormente com a efetivação do artigo 80 da Lei de Diretrizes de Base da Educação (BRASIL, 1996b), que insere a educação a distância e prescreve uma efetivação dessa modalidade no Brasil, com o seguinte texto:

Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e da educação continuada.

§ 1.º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2.º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3.º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de

ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4.º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996b, p. 30).

Pensando na qualidade da educação, o Governo apresenta ao país em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007), o qual traz como objetivo agregar investimentos significativos na educação básica, profissional e superior. Um desses investimentos se dá por meio de chamadas públicas para construção de Guias de Tecnologias Educacionais, composto por tecnologias desenvolvidas pelo Ministério da Educação ou por ele pré-qualificadas (e eventualmente certificadas), para que a sociedade possa acompanhar a efetividade de cada “insumo” no que concerne à aprendizagem.

Levando em consideração todo esse contexto, o MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB), em cooperação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a Secretaria de Educação a Distância (SEED) e a Secretaria da Educação Especial (SEESP, publicou o primeiro edital com uma chamada pública, em 2009. Objetivava avaliar e pré-qualificar tecnologias educacionais com vistas a identificar aquelas que apresentassem potencial para promover a qualidade em todas as etapas da educação básica pública. Hoje já é possível consultar no site do MEC três edições dos Guias de Tecnologias Educacionais. Esses Guias Educacionais encontram-se em versões *on-line* (estão acessíveis por meio do Portal do MEC) e têm como objetivo:

- a disseminação de tecnologias aos sistemas de ensino;

- o estímulo à criação de tecnologias educacionais por pessoas físicas, por instituições de ensino e pesquisa e por organizações sociais;
- o fortalecimento da produção teórica, voltada à qualidade da educação básica, que se concretize por meio da criação de novas tecnologias educacionais.

Dada a importância que a tecnologia educacional vem tendo em sala de aula, reforçada pelo novo Plano Nacional de Educação de 2014, que traz como estratégia para alcançar algumas metas a inserção de novas tecnologias educacionais à melhoria da qualidade do ensino, propusemo-nos a analisar discursivamente a introdução do Guia de Tecnologias Educacionais publicada pelo MEC em 2009.

3. CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Discorre-se aqui sobre as bases teóricas que dão sustentação para analisar este trabalho. Faremos um breve percurso histórico para compreender a Análise do discurso – AD e suas contribuições.

Michel Pêcheux fundou na França, no final da década de 60 do século XX, a análise do discurso – AD. Ele buscou estabelecer a relação que existe no discurso entre língua, sujeito, história e ideologia, propondo trabalhar com o sentido do texto e não com o seu conteúdo. Sentido que não é traduzido, porém, produzido. Diante disso, quem segue essa relação de discurso está inscrito na Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Para a AD francesa, a ideia de discurso é diferente do tradicional esquema de comunicação proposto por Roman Jakobson, com a presença do tripé elementar: um emissor, um receptor e a decodificação da linguagem. Segundo Orlandi (2007, p. 15),

A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Diante disso, a AD francesa busca compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico e parte do trabalho social geral, que é a base do homem e sua história. Evidencia que a linguagem não é transparente e, dessa forma, não procura atravessar o texto para ter um sentido do outro lado. Assim, a pergunta que a AD francesa buscar responder é: como determinado texto significa?

[...] Para responder, ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já é sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade. (ORLANDI, 2007, p. 18).

Para tanto, por meio dessa linha teórica, é possível fazer uma análise interna e externa de um texto. Interna, ao responder as seguintes questões: o que o texto diz? Como ele diz? Externa, ao buscar respostas para as seguintes questões: por que este texto diz o que ele diz?

Ao analisar o discurso, inevitavelmente estará diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou (GREGOLIN, 1995). Diante disso, colocar em prática a análise do discurso significa procurar entender e explicar como é construído o sentido de um texto e como ele articula na história e na sociedade que o produziu. O discurso é um objeto linguístico e histórico, ao mesmo tempo. Compreendê-lo exige a análise simultânea desses dois elementos.

A AD francesa como ferramenta nos oferece meios de reflexões sobre a estrutura e a geração do sentido de um texto, auxiliando assim uma compreensão interna e externa da introdução desse Guia. Portanto, podemos afirmar que a análise do discurso francesa é um valioso instrumento para alcançar o objetivo aqui proposto: análise do discurso do texto introdutório do Guia de Tecnologias Educacionais (BRASIL, 2009).

4. GESTOS DE ANÁLISE

A presente análise tem por objetivo compreender as relações de sentido que se estabelecem entre qualidade e tecnologias a partir da introdução do Guia de Tecnologias Educacionais 2009 (BRASIL, 2009).

Consideremos o momento histórico em que este Guia se inscreve: na ocasião, a Educação Básica no Brasil atingiu a média 4,2 em uma escala de zero a dez no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para chegar a esse número, foram levados em consideração as taxas de repetência, a evasão escolar apresentada no Censo e o desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil. Portanto, é preciso uma reação do país para que neste novo momento, como condição para que essa média aumente, são necessárias ações efetivas para elevá-la. E é nesse conjunto de ações criadas pelo MEC que o Guia de Tecnologias Educacionais 2009 se inscreve.

Na Introdução, é possível desvelar que a palavra tecnologia está discursivamente atrelada à palavra qualidade. A palavra qualidade é citada por 13 vezes no texto, sendo que nos quatro primeiros momentos, exposto abaixo nos três recortes (figuras 1, 2 e 3), a palavra qualidade aparece atrelada ao verbo promover, ou seja, os termos “promova a qualidade” nos remetem à informação de que a tecnologia promoverá a qualidade na educação.

Figura 1. Recorte 1.

Com o propósito de apoiar os sistemas públicos de ensino na busca por soluções que promovam a qualidade da educação, o Ministério apresenta, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o Guia de Tecnologias Educacionais, composto pela descrição de cada tecnologia e por informações que auxiliem os gestores a conhecer e a identificar aquelas que possam contribuir para a melhoria da educação em suas redes de ensino.

Introdução

Fonte: Brasil (2009).

Figura 2. Recorte 2.

Cada bloco é composto por tecnologias que estão sendo implementadas pelo MEC – elaboradas por suas Secretarias e pelo FNDE ou por parcerias estabelecidas com instituições da área da Educação – e pelas tecnologias apresentadas por instituições e/ou empresas públicas ou privadas, que foram avaliadas pela Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC e consideradas pré-qualificadas, no âmbito do Edital de Pré-Qualificação de Tecnologias Educacionais que Promovam a Qualidade da Educação Básica.

Fonte: Brasil (2009).

Figura 3. Recorte 3.

Ao lançar o Edital de Pré-Qualificação de Tecnologias Educacionais que Promovam a Qualidade da Educação Básica, o Ministério da Educação teve como objetivo avaliar e pré-qualificar tecnologias educacionais inovadoras, que apresentem condições de promover a qualidade da educação básica em todas as suas etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades.

Fonte: Brasil (2009).

Considerando o contexto linguístico em que a palavra qualidade está inserida, isto é, em um guia de tecnologias educacionais, é possível apresentar ao leitor que quando se fala em tecnologia, este está atrelado a qualidade, ou seja, a tecnologia ou os materiais ali pré-qualificados, promovem a educação.

Ainda falando desse contexto linguístico, os recortes aqui apresentados estão na primeira página da introdução, o que enfatiza ou leva o leitor a continuar a leitura com essa informação: tecnologias educacionais promovem a qualidade.

Por se tratar de uma de muitas ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007), objetivando promover a qualidade na educação, é preciso ter cuidado com a inserção dessa palavra, pois é só mais uma ação isolada na busca da qualidade. Também é possível observar nesse texto introdutório que o Guia é uma seleção de tecnologias educacionais para seis grandes eixos da educação, a saber: Gestão da Educação, Ensino-Aprendizagem, Formação dos profissionais da educação, Educação inclusiva, Portais educacionais e Diversidade e educação de jo-

vens e adultos. Essa seleção é realizada por meio de edital e podem participar empresas públicas e privadas, que seriam avaliadas pela Secretaria de Educação Básica SEB/MEC.

Considerando que o país defende uma gestão democrática na educação, na qual busca uma articulação dos gestores para uma política que atenda às necessidades e anseios da comunidade escolar, considera-se que a redação dessa introdução do guia causa um efeito de sentido de imposição, o que, na prática, tende a limitar as ações da escola, por não poder utilizá-lo r bem ou mesmo não o utilizar por não atender às necessidades *in loco*. Não há sentido nas ações do governo brasileiro se ele não envolver a escola, que se utilizará dessas ações. É preciso ter sentido pleno, principalmente quando falamos de tecnologia.

Outra memória acionada pelo fio interdiscursivo é aquela que remete ao acesso à *internet* no Brasil. Quando contextualizamos o Guia no ano de 2009, constata-se que esse acesso era restrito a somente 24% dos brasileiros (IBGE, 2009), mesmo que esse número tenha sido superado em anos anteriores.

Para ações amplas como o Guia de Tecnologia Educacional, é preciso saber de qual e para qual escola estamos falando, sua estrutura física e humana, senão, as intenções terminam no final da leitura do Guia.

Outra questão a ser considerada no tocante ao acesso à *internet* diz respeito aos limites extra-físicos da escola, ou seja, podemos questionar o seguinte: como fica o acesso dos alunos, professores e gestores fora da escola? Observa-se isso pois a proposta de tecnologias educacionais salientada no texto introdutório do Guia não se limita à escola. Não fosse somente isso, o resultado efetivo de uma estratégia pedagógica com a utilização de tecnologias educacionais acontece quando há continuidade em casa, seja para que o aluno fixe conteúdos, seja para que realize atividades extraclasse.

Cabe aqui ressaltar um estudo realizado pelo IBOPE Inteligência⁴ e pelo LSI-Tec⁵ sob encomenda da Fundação Victor Civita⁶ (2009), englobando todas as capitais brasileiras sobre o uso dos computadores e da *internet* nas escolas públicas no ano de 2009. Esse estudo evidenciou que os computadores chegavam às salas de aula sem uma proposta pedagógica. Mesmo que seja dito que os Guias de tecnologias educacionais trazem materiais pedagógicos para serem trabalhados em sala de aula, algumas perguntas emergem desse discurso, tais como:

- 1) o professor/gestor estava preparado para unir a proposta pedagógica da escola com a proposta contida nesse guia?
- 2) o professor estava preparado para trabalhar com tecnologia?
- 3) o aluno também estava preparado para ter conteúdos mediados pela tecnologia, que vão além da sala de aula, considerando também o número de IDEB apresentado naquele mesmo ano?

As considerações de Valente (1997) colaboram com nossa análise, uma vez que aponta considerações quanto a olhar do professor na inserção da tecnologia na educação. Segundo o autor (1997), o computador é uma ferramenta, que pode auxiliar o professor na promoção da aprendizagem, na autonomia e na criatividade do aluno. Ainda mais, Valente (1997) ressalta que o computador pode ser considerado uma ferramenta que, para ser proveitosa, necessita de um ente capacitado para utilizá-la.

⁴ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística Inteligência tem como missão “gerar conhecimento relevante e confiável, produzindo e integrando informações em soluções que apoiem as estratégias e tomadas de decisão de nossos clientes.” (IBOPE INTELIGÊNCIA, [s.d.], [n.p.]).

⁵ LSI-TEC “é uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), que atua no desenvolvimento de tecnologia avançada para levar soluções inovadoras à sociedade, a partir de parcerias com instituições do setor público e privado. Suas linhas de atuação priorizam o interesse público e o desenvolvimento do País.” (LSI-TEC, [s.d.], [n.p.]).

⁶ “A Fundação Victor Civita é uma entidade sem fins lucrativos, focada na melhoria da Educação, por meio da valorização de bons professores e incentivo ao trabalho docente. Fundada em 1985, tem como principal iniciativa o Prêmio Educador Nota 10, que reconhece professores da Educação Infantil ao Ensino Médio e também coordenadores pedagógicos e gestores escolares de escolas públicas e privadas de todo o país.” (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, [s.d.], [n.p.]).

[...] a promoção dessas mudanças pedagógicas não depende simplesmente da instalação dos computadores nas escolas. É necessário repensar a questão da dimensão do espaço e do tempo da escola. A sala de aula deve deixar de ser o lugar das carteiras enfileiradas para se tornar um local em que professor e alunos podem realizar um trabalho diversificado em relação ao conhecimento. O papel do professor deixa de ser o de “entregador” de informação, para ser o de facilitador do processo de aprendizagem. O aluno deixa de ser passivo, de ser o receptáculo das informações, para ser ativo aprendiz, construtor do seu conhecimento. Portanto, a educação deixa de ser a memorização da informação transmitida pelo professor e passa a ser a construção do conhecimento realizada pelo aluno de maneira significativa, sendo o professor o facilitador desse processo de construção. (VALENTE, 1999, p. 17).

O Guia de Tecnologias Educacionais 2009, em nenhum momento, traz a questão da capacitação dos envolvidos no processo de educação, que é uma condição fundamental para a boa utilização dos Guias de Tecnologias Educacionais. Considerando que a introdução de um documento é o momento em que o produtor do texto age no sentido de envolver o leitor sobre o que ele verificará *a posteriori*, considera-se importante ter discursos claros e que não concernam somente às ferramentas educacionais, já que ele se direciona para os educadores/gestores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que expusemos, pode-se verificar que, pela leitura do texto da introdução do Guia de Tecnologias Educacionais 2009, o leitor pode ser induzido à informação de que as tecnologias educacionais qualificadas presentes ali promoverão uma educação de qualidade. Analisando o contexto histórico e ideológico, é possível perceber que, frente à situação do IDEB do país, essa ação isolada não promove a qualidade. É preciso muito mais do que isso, uma vez que se constata que a *internet* ainda não é acessível a todas as casas e não possibilita que os alunos desenvolvam atividades fora da escola. Sabe-se que essa estratégia pedagógica faz também com que o aluno aperfeiçoe a utilização das tecnologias educacionais,

de modo que ele tenha contato com mais comandos no computador e o professor possa avançar em suas ações.

Outra questão constatada é que a implementação para a utilização dos computadores e da internet nas escolas ainda carece de ações efetivas, o que dificulta a realização de ações pedagógicas compatíveis com a modernidade. Desse modo, para que tenhamos resultados produtivos, é preciso disponibilizar mais recursos para a comunidade escolar, investir em conexão de *internet* compatível às escolas e às casas, de modo que a utilização se torne um hábito nas práticas escolares.

Apesar de nos parágrafos finais da introdução do Guia ser evidenciado que sem capacitação e acesso à internet não há como as tecnologias sozinhas promoverem a qualidade, verificar contradições em todo o discurso contido no texto.

Este trabalho, portanto, diante da análise do discurso desse texto introdutório por meio da AD francesa permite constatar que as ações governamentais quanto à melhoria do sistema educacional brasileiro ainda estão previstas somente no discurso, mas não se concretizam na prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa civil. Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1996a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1917.htm>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 20 dez. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

_____. *Guias de tecnologias educacionais 2009*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/guia_tecnologias_atual.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. *O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, 2007.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. *Nossa história*. Disponível em: <<https://fvc.org.br/especiais/fvc-nossa-historia/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. *O uso dos computadores e da internet nas escolas públicas de capitais brasileiras: estudos e pesquisas educacionais*. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009. Disponível em: <http://www.smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Gest%C3%A3o/pesquisa_computadores.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

GOMES, S. G. S. Histórico da EAD no Brasil. In: GOMES, S. G. S. *Tópicos em Educação a Distância*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. P. 35-47. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/587/Aula_03.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *Alfa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-21, 1995. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107724/ISSN1981-5794-1995-39-13-21.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 out. 2018.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 2009*. Síntese de Indicadores 2009. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

IBOPE INTELIGENCIA. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/institucional/ibope-inteligencia/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologia: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus, 2007.

LSI-TEC. *Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico*. Disponível em: <<https://www.lsitec.org.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2008.

SANCHO, J. M. (Org.). *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

VALENTE, J. A. O uso inteligente do computador na educação. *Pátio Revista Pedagógica*, v. 1, n. 1, p. 19-21, 1997. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/artigos/USOINTELIGENTE.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

VALENTE, J. A. (Org.). *O computador na sociedade do conhecimento*. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.